

Governo em queda



**Reeleger
FHC, agora
todos
se dão conta,
foi como
requentar
café...**

A popularidade do presidente FHC está em baixa, por razões óbvias. Segundo o Vox Populi, a rejeição superou o índice de 50%.

É curiosa a reação emocional que a simples menção do nome dele provoca. Raros ousam defendê-lo em público. Muitos de seus eleitores são, hoje, cidadãos envergonhados.

É significativo o silêncio dos intelectuais que, em 1994, o incensavam na mídia. Fora aqueles beneficiados com um lugar ao sol à sombra do poder, é catar agulha no palheiro procurar quem, hoje, nutra pelo presidente o mesmo apreço manifestado pelo sociólogo e pelo senador Fernando Henrique Cardoso.

Há quem se esforce por defendê-lo, invocando gênios da filosofia política para justificar a dupla moral, a do indivíduo e a do governante. Ora, diante das revelações do grampo – estas, sim, mereceriam uma análise ética –, todo cuidado é pouco para não confundir Max Weber com Max Verba.

O conteúdo das gravações importa mais do que descobrir quem montou o grampo. Mas, para desviar atenções, governo e parcela da mídia insistem em procurar quem gravou, quando, de fato, interessa é investigar quem armou maracutaias nas privatizações e quem se beneficiou delas. Enfim, elucidar o crime de lesa-pátria.

Este é um governo de arrivistas. O sociólogo e o senador apoiaram as greves metalúrgicas do ABC, a bandeira da reforma agrária, a soberania nacional, a taxação das grandes fortunas, os direitos sociais. Ainda que ocorram lapsos de memória (e, ultimamente, de visão e audição, ao que indica o

episódio do grampo), seus livros e discursos são encontrados em bibliotecas e arquivos.

Ao assumir a Presidência, em janeiro de 1994, FHC representava esperança, até mesmo para eleitores de Lula. Afinal, o Brasil havia saído de 21 anos de ditadura e teve a má sorte de enfrentar a morte antecipada de Tancredo Neves, a espiral inflacionária do governo Sarney e a

corrupção deslavada do governo Collor – felizmente, abortado pela mobilização da sociedade civil.

Como ministro das Relações Exteriores, FHC preservou a independência do Itamaraty ante as pressões das grandes potências e, como ministro da Fazenda de Itamar Franco, implementou o Plano Real, assegurando a estabilidade da moeda.

Após o fracasso do governo Collor, a elite brasileira, amparada pela sucata política que resta da ditadura, não encontrou um candidato confiável entre os seus quadros. Disposta a perder os anéis para salvar os dedos, buscou-o nas hostes da social-democracia tupiniquim.

Uma vez eleito presidente, FHC desdisse o que disse, esqueceu o que escreveu e cobriu as mãos da elite de toda sorte de benesses e privilégios. Viciado em medidas provisórias, reprimiu a greve dos petroleiros com tropas do Exército, suspendeu o pagamento de indenizações às vítimas da repressão, condenou os aposentados à mendicância, acabou com a isenção fiscal de entidades filantrópicas, transformou o Brasil num cassino ao capricho dos agiotas, fechou os olhos do Fisco à colossal sonegação de bancos e grandes empresas, dilapidou o patrimônio público

com o processo irresponsável de privatizações – e o dinheiro arrecadado correu pelo ralo, com a perda de cerca de US\$ 50 bilhões de nossas reservas, desde julho do ano passado.

O governo se gaba de ter obtido um superávit primário das contas públicas de R\$ 7,1 bilhões no primeiro trimestre deste ano, mas sonega a informação de que o ganho resulta de verbas negadas à área social. Segundo o Inesc, até fim de março, não receberam um centavo programas como o Pronabio (biodiversidade), o Probem (biotecnologia), o Nordeste II (redução da mortalidade infantil). Dos R\$ 13 milhões previstos para a saúde dos povos indígenas, só foram liberados R\$ 631 mil. Do orçamento previsto naquele trimestre para o Programa de Renda Mínima, gastou-se 0%; para qualificação profissional, 1,8%; para saúde da família, 7%; para o Fundescola, 0,2%. Em suma, de um orçamento de R\$ 12,8 bilhões, investiram-se no social apenas R\$ 896 milhões.

O governo cancelou projetos de apoio aos pequenos agricultores, como o Proceca, para estrangular os 1,5 mil assentamentos do MST. Nunca se viu tanta repressão aos agricultores sem-terra, atualmente presos ou sitiados pela polícia, com suas barracas queimadas e suas crianças aterrorizadas, no norte do país, nos municípios paranaenses de Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Paranavaí e Ponta Grossa; também em Fraiburgo (SC) e Porto Feliz (SP).

Neste acampamento, enquanto era preso Gilmar Mauro – apontado pela *Time/CNN* como revelação brasileira para o século 21 –, uma criança devolve à tropa-de-choque um pacote de macarrão. Quando o Banco Central devolverá à Nação as bilionárias quantias transferidas para bolsos privados?

A educação anda de tal modo que há 3 milhões de crian-

ças, entre 7 e 14 anos de idade, fora da escola; surge na periferia de São Paulo o movimento dos sem-escola; amplia-se o contingente de trabalhadores precoces. Os municípios e os Estados estão falidos. A saúde agoniza, enquanto um ministro acusa o outro de “pilantrópia”, como se os poderes da República fossem a casa da mãe Joana. Agora, o governo insiste em nomear para o comando da Polícia Federal um delegado acusado de torturador.

Há pouco, a Nação ouviu, estarrecida, a cumplicidade cícnica entre autoridades públicas e empresas privadas, no leilão da Telebrás. O que espanta não é apenas a malversação, o uso do dinheiro do contribuinte para favorecer grupos privados, a Presidência da República transformada em lobby para defender interesses dos amigos dos amigos.

Espantoso é o tom de deboche, a voz de tapinhas nas costas, a gersiânica capacidade de levar vantagem, o achincalhe, a cara-de-pau, como se o café requentado do Planalto consistisse numa infusão matinal de óleo de peroba com pinho-sol.

E ainda nos pedem para ouvir ou ler as gravações com boafé! Insistem em nos tratar como imbecis. Claro, reeleger FHC, agora todos se dão conta, foi como requentar café. O sabor não é o mesmo. É amargo e revira o estômago.

Resta à Nação reagir, pois o Brasil não merece a vergonha de comemorar 500 anos trazendo às costas o peso do genocídio indígena, dos 320 anos de escravidão, dos 21 anos de ditadura militar e, agora, da incompetência dessas autoridades que se põem de joelhos diante do FMI, destroem o nosso patrimônio público, penhoram o País para salvar banqueiros e confundem a vida pública com a privada.